

Conselho de Direitos ouve Gonzaga Júnior

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), reunido ontem em Brasília, decidiu tomar os depoimentos dos secretários de Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Waldir Muniz, e de São Paulo, Octávio Gonzaga Júnior, sobre as denúncias da ex-militante política Inês Ethiene Romeu, de que foi torturada por militares em uma residência civil de Petrópolis, em uma operação paramilitar envolvendo os órgãos de segurança de São Paulo e Rio Janeiro.

A denúncia, encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro, foi relatada pelo professor Benjamin de Moraes Filho, que propôs diligências para apurar os fatos, iniciando com os depoimentos dos secretários de Segurança Pública de São Paulo e Rio de Janeiro que, segundo o processo, estariam envolvidos nas acusações de tortura e cárcere privado, ainda que de forma indireta.

Um outro processo de caráter político, a prisão do jornalista Mário Vieira, cuja responsabilidade é atribuída ao Exército, será encaminhado ao presidente da OAB, Bernardo Cabral, para que este sugira o encaminhamento a ser dado ao caso, uma vez que o Exército nega sua participação no episódio, apesar de testemunhos em contrário.

O CDDPH ainda aprovou na 11ª reunião realizada nos dois últimos anos voto de congratulações à encíclica papal *Laborem Exercens*, particularmente no capítulo dedicado aos direitos dos homens ao trabalho, e acatou manifestação do representante da Associação Brasileira de Educação, Benjamin Albagli, considerando as declarações do juiz da Vara de Execuções do Rio de Janeiro, Francisco Horta, durante en-

terro do ex-policia! Mariel Mariscot, como fato "grave e lamentável" por elogiar um "bandido".

Dois outros processos apresentados pela ABE foram agrupados e arquivados. Um deles, relatado pelo professor Pedro Calmon, pedia assistência a professores mineiros punidos por promover greve no início do governo Francoelino Pereira. Calmon afirmou que não haviam sido ofendidos direitos humanos, uma vez que a lei proíbe greve de funcionários públicos.

Benjamin Albagli lamentou que as verbas destinadas à educação, no Brasil, sejam insuficientes para que se cumpra o preceito constitucional e que se garanta um direito básico do ser humano, que é o de acesso à educação.

O CDDPH aprovou, por unanimidade, que sejam criados conselhos estaduais de defesa dos direitos da pessoa humana. Ao final da reunião, Benjamin Albagli lamentou que a Câmara dos Deputados tivesse negado licença para que fossem processados parlamentares acusados de crimes comuns. Em nome da liderança do governo na Câmara, o deputado Siqueira Campos (PDS-GO) justificou a medida afirmando que havia sido uma decisão democrática e que o PDS não se mobilizou contra por se tratar de deputados da oposição, o que poderia dar um caráter de julgamento político, entre partidos.

Antes da reunião, Albagli e Siqueira Campos chegaram a ter uma troca áspera de palavras com o representante da ABE, criticando o governador Paulo Maluf, que foi defendido pelo deputado goiano, comparando o governador de São Paulo a Juscelino Kubitschek. Tudo começou com o apoio de Albagli a declarações do médico Adib Jatene, a quem atribuiu "um único defeito": ser secretário de Maluf.